Apêndice I

O mandato para a palestina

Alexandre Lissovsky

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LISSOVSKY, A. *2000 anos depois: o renascimento de Israel* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. O mandato para a palestina. pp. 528-537. ISBN: 978-85-7982-003-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APÊNDICE I

O MANDATO PARA A PALESTINA

O CONSELHO da Liga das Nações:

Considerando que as Principais Potências Aliadas, com o propósito de dar cumprimento às disposições do artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, estão de acordo em confiar a um Mandatário escolhido pelas ditas Potências a administração do território da Palestina, que anteriormente fazia parte do Império Otomano, dentro de fronteiras a serem fixadas pelas ditas Potências;

Considerando que as Principais Potências Aliadas concordaram também que o Mandatário seja responsável pelo cumprimento da declaração originalmente feita a 2 de novembro de 1917 pelo Governo de Sua Majestade, e adotada pelas ditas Potências, em favor do estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e situação política dos judeus residentes em qualquer outro país;

Considerando que aquela declaração implica no reconhecimento dos laços históricos ligando o povo judeu à Palestina e das razões para a reconstituição de seu lar nacional nesse país;

Considerando que as Principais Potências Aliadas escolheram Sua Majestade Britânica como Mandatário para a Palestina;

Considerando que os termos do mandato sobre a Palestina foram formulados da maneira seguinte e submetidos à aprovação do Conselho da Liga;

Considerando que Sua Majestade Britânica aceitou o mandato para a Palestina, comprometendo-se a exercê-lo, em nome da Liga das Nações, em conformidade com as disposições abaixo;

Considerando que, pelos termos do artigo 22 acima mencionado (parágrafo 8), está previsto que, se o grau de autoridade, de controle ou de administração a ser exercido pelo Mandatário não foi objeto de uma Convenção anterior entre os Membros da Liga, será ele expressamente definido pelo Conselho da Liga das Nações;

Confirmando o dito mandato, define seus termos conforme se segue:

Artigo 1

O Mandatário terá plenos poderes de legislação e de administração, salvo no que possam ser limitados pelos termos deste mandato.

Artigo 2

O Mandatário será responsável por colocar o país sob condições políticas, administrativas e econômicas tais que assegurem o estabelecimento do lar nacional judaico, como está previsto no preâmbulo, e o desenvolvimento de instituições autônomas, bem como pela salvaguarda dos direitos civis e religiosos de todos os habitantes da Palestina, independentemente de raça e religião.

Artigo 3

O Mandatário encorajará, na medida em que as circunstâncias o permitam, a autonomia local.

Artigo 4

Uma agência judaica apropriada será oficialmente reconhecida como um órgão público, tendo o direito de aconselhar a Administração da Palestina e cooperar com a mesma em todas as questões econômicas, sociais e outras, capazes de afetar o estabelecimento do lar nacional judaico e os interesses da população judaica da Palestina, e, sempre sujeita ao controle da Administração, auxiliar e participar no desenvolvimento do país.

A organização sionista será reconhecida como sendo o órgão acima mencionado, pelo tempo que sua organização e constituição forem julgadas apropriadas pelo Mandatário. Em acordo com o Governo de Sua Majestade Britânica, ela tomará todas as medidas necessárias para assegurar a

cooperação de todos os judeus dispostos a colaborar no estabelecimento do lar nacional judaico.

Artigo 5

O Mandatário será responsável pela garantia de que nenhum território da Palestina será cedido, arrendado, ou de qualquer modo posto sob controle do Governo de qualquer Potência estrangeira.

Artigo 6

A Administração da Palestina, zelando ao mesmo tempo para que os direitos e a situação das outras partes da população não sejam prejudicados, facilitará sob condições adequadas a imigração judaica e estimulará, em cooperação com a agência judaica mencionada no artigo 4, a colonização intensiva pelos judeus das terras do país, inclusive as do Estado e as terras inaproveitadas desnecessárias aos serviços públicos.

Artigo 7

A Administração da Palestina assumirá a responsabilidade de decretar uma lei de nacionalidade. Nessa lei serão incluídas cláusulas destinadas a facilitar a aquisição da cidadania palestinese pelos judeus que se estabelecerem permanentemente na Palestina.

Artigo 8

Os privilégios e imunidades dos estrangeiros, inclusive a jurisdição e proteção consulares, tais como eram anteriormente praticados no Império Otomano em virtude de Capitulações ou costume, não serão aplicáveis na Palestina.

A menos que as Potências cujos cidadãos gozavam, a 1º de agosto de 1914, dos privilégios e imunidades acima mencionados hajam previamente renunciado ao direito de restabelecê-los, ou hajam concordado com sua não aplicação durante um certo período, tais privilégios e imunidades serão, ao expirar do mandato, logo restabelecidos integralmente ou com as modificações que tenham sido admitidas pelas Potências interessadas.

Artigo 9

O Mandatário assumirá a responsabilidade de zelar para que o sistema judiciário instituído na Palestina assegure aos estrangeiros, bem como aos nativos, uma completa garantia dos seus direitos.

O respeito ao estado jurídico das várias populações e comunidades e aos seus interesses religiosos será plenamente garantido. Em particular, o controle e administração dos Waqfs [propriedades pertencentes à Igreja Muçulmana] serão exercidos de conformidade com as leis religiosas e a vontade dos fundadores.

Artigo 10

Aguardando a conclusão de convenções especiais de extradição referentes à Palestina, os tratados de extradição em vigor entre o Mandatário e outras Potências serão aplicados na Palestina.

Artigo 11

A Administração da Palestina tomará todas as medidas necessárias para salvaguardar os interesses da comunidade no que se refere ao desenvolvimento do país, e, subordinado a quaisquer obrigações internacionais aceitas pelo Mandatário, terá plenos poderes para decidir quanto à propriedade e controle de todos os recursos naturais do país, ou dos trabalhos e serviços de utilidade pública já ali estabelecidos ou a estabelecer. Ela introduzirá um regime agrário adequado às necessidades do país, tendo em vista, entre outras coisas, as vantagens que haveria em estimular a colonização intensa e o cultivo intensivo da terra.

A Administração poderá entender-se com a agência judaica mencionada no artigo 4 para construir ou fazer funcionar, em condições justas e equitativas, quaisquer trabalhos e serviços de utilidade pública e para desenvolver os recursos naturais do país, desde que essas questões não sejam diretamente tratadas pela Administração. Nesses acordos se estabelecerá que nenhum lucro distribuído direta ou indiretamente por tal agência deverá ultrapassar uma proporção razoável de juros sobre o capital, e todos os lucros excedentes serão por ela utilizados em benefício do país, de uma maneira aprovada pela Administração.

Artigo 12

O controle das relações exteriores da Palestina e a entrega de *exequators* a cônsules nomeados por Potências estrangeiras serão confiados ao Mandatário. Este terá igualmente o direito de conceder proteção diplomática e consular aos cidadãos da Palestina quando fora de seus limites territoriais.

Artigo 13

Toda responsabilidade referente aos Lugares Santos e edifícios ou locais religiosos na Palestina, inclusive a de preservar os direitos existentes e de assegurar o livre acesso aos Lugares Santos, edifícios e locais religiosos e o livre exercício do culto, mantendo ao mesmo tempo a ordem e o decoro públicos, é assumida pelo Mandatário, que será responsável por todas as questões a isso referentes somente perante a Liga das Nações, ficando compreendido que nada neste artigo impedirá o Mandatário de estabelecer com a Administração as medidas que julgar necessárias a fim de cumprir as disposições do presente artigo; fica também compreendido que nada neste mandato poderá ser interpretado como autorizando o Mandatário a interferir com os imóveis ou na administração dos santuários puramente muçulmanos, cujas imunidades estão garantidas.

Artigo 14

Uma Comissão especial será nomeada pela Potência mandatária a fim de estudar, definir e determinar os direitos e reivindicações referentes aos Lugares Santos, bem como às diferentes comunidades religiosas na Palestina. O modo de nomeação dos membros da Comissão, sua composição e suas funções, serão submetidos à aprovação do Conselho da Liga, e a Comissão não será nomeada nem começará a exercer suas funções sem a aprovação do Conselho.

Artigo 15

O Mandatário garantirá a todos a mais completa liberdade de consciência e o livre exercício de todas as formas de culto compatíveis com a ordem pública e a moral. Não se fará entre os habitantes da Palestina nenhuma discriminação por motivo de raça, religião ou língua. Ninguém será excluído da Palestina unicamente por motivo de suas convicções religiosas.

O direito de cada comunidade manter suas próprias escolas para a instrução e educação de seus membros em sua própria língua, desde que em conformidade com as exigências educacionais de natureza geral que possam ser impostas pela Administração, não será negado ou restringido.

Artigo 16

O Mandatário, conforme as necessidades para a manutenção da ordem pública e boa administração, será responsável pela supervisão das instituições religiosas ou de caridade de todas crenças na Palestina. Excetuada essa supervisão, nenhuma medida poderá ser tomada na Palestina que destrua ou interfira na obra dessas instituições ou que discrimine contra qualquer representante ou membro das mesmas por motivo de sua religião ou nacionalidade.

Artigo 17

À Administração da Palestina pode organizar, por recrutamento voluntário e sob o controle do Mandatário, as forças necessárias à manutenção da paz e da ordem, bem como à defesa do país, não tendo, porém, o direito de usá-las para outros fins que os acima especificados salvo com o consentimento do Mandatário. Exceto para tais fins, nenhuma força militar, naval ou área será recrutada ou mantida pela Administração da Palestina.

Nada neste artigo impedirá a Administração da Palestina de contribuir para o custo da manutenção das forças militares do Mandatário na Palestina.

O Mandatário terá sempre o direito de utilizar as estradas, ferrovias e portos da Palestina para o movimento das forças armadas e o transporte de combustível e abastecimentos.

Artigo 18

Competirá ao Mandatário providenciar para que não haja na Palestina qualquer discriminação entre os nacionais de um Estado qualquer, membro da Liga das Nações (inclusive companhias constituídas segundo as leis desse Estado), e os nacionais da Potência mandatária ou de qualquer outro Estado, nem em matéria de impostos, comércio ou navegação, nem no exercício de indústrias ou profissões, nem no tratamento concedido aos navios mercantes e à aviação civil. Igualmente, não haverá na Palestina

discriminação contra mercadorias originárias de ou destinadas a qualquer dos ditos Estados, e existirá, sob condições equitativas, liberdade de trânsito através do território sob mandato.

Sujeito às estipulações acima e outras deste mandato, a Administração da Palestina poderá, a conselho do Mandatário, estabelecer os impostos e os direitos alfandegários que julgar necessários, e tomar as medidas que considerar mais apropriadas para promover o desenvolvimento dos recursos naturais do país e salvaguardar os interesses da população. Poderá também, a conselho do Mandatário, concluir um acordo aduaneiro especial com qualquer Estado cujo território, em 1914, fazia parte integrante da Turquia Asiática ou da Arábia.

Artigo 19

O Mandatário aderirá, em nome da Administração da Palestina, a todas as convenções internacionais já existentes, ou a serem concluídas com a aprovação da Liga das Nações, a respeito de: tráfico de escravos, tráfico de armas e munições, tráfico de entorpecentes, igualdade comercial, liberdade de trânsito e navegação, navegação aérea, comunicações postais, telegráficas ou por telegrafia sem fio, propriedade literária, artística ou industrial.

Artigo 20

O Mandatário colaborará, em nome da Administração da Palestina e na medida que as condições sociais, religiosas ou outras o permitam, na execução das medidas de interesse geral adotadas pela Liga das Nações para a prevenção e combate às doenças, inclusive as de animais e plantas.

Artigo 21

O Mandatário deverá elaborar e fazer vigorar, dentro do prazo de 12 meses a partir desta data, uma Lei de Antiguidades conforme as disposições abaixo. Essa lei assegurará aos cidadãos de todos os Estados-Membros da Liga das Nações igualdade de tratamento quanto a escavações e pesquisas arqueológicas.

(1)

Deve-se compreender por “antiguidade” qualquer construção ou produto da atividade humana anterior ao ano 1700.

(2)

A legislação sobre a proteção de antiguidades deverá proceder mais por encorajamento do que por ameaças.

Qualquer pessoa que, tendo descoberto uma antiguidade sem possuir a autorização mencionada no parágrafo 5, comunicar essa descoberta à autoridade competente, será recompensada segundo o valor da descoberta.

(3)

Nenhuma antiguidade poderá ser alienada a não ser em favor da autoridade competente, exceto se esta renunciar à sua aquisição.

Nenhuma antiguidade poderá sair do país sem uma licença concedida pela dita autoridade.

(4)

Qualquer pessoa que, por dolo ou negligência, destruir ou danificar uma antiguidade será passível de uma penalidade a ser fixada.

(5)

Nenhum deslocamento de terra ou escavação com o objetivo de achar antiguidades será permitido, sob pena de multa, exceto a pessoas munidas de autorização da autoridade competente.

(6)

Serão fixadas condições justas para a expropriação, temporária ou permanente, de terras que possam ter interesse histórico ou arqueológico.

(7)

Somente será concedida autorização para realizar escavações a pessoas que apresentarem garantias suficientes de experiência arqueológica. A Administração da Palestina, ao conceder essas autorizações, não deverá agir de modo a excluir, sem justa causa, os eruditos de qualquer nação.

(8)

O produto das escavações poderá ser dividido entre o escavador e a autoridade competente numa proporção fixada por esta. Se, por razões científicas, parecer impossível a repartição, o escavador receberá, em vez de parte do achado, uma indenização justa.

Artigo 22

Inglês, árabe e hebraico serão as línguas oficiais da Palestina. Todas as indicações ou inscrições árabes sobre os selos ou a moeda serão repetidas em hebraico, e vice-versa.

Artigo 23

A Administração da Palestina reconhecerá os dias santificados de cada comunidade como dias legais de repouso para os membros da respectiva comunidade.

Artigo 24

O Mandatário apresentará ao Conselho da Liga das Nações um relatório anual sobre as medidas tomadas durante o ano para a aplicação das disposições do mandato. Os textos de todas as leis e todos os regulamentos promulgados durante o ano serão anexados ao dito relatório.

Artigo 25

Nos territórios situados entre o Jordão e a fronteira oriental da Palestina, tal como será definitivamente fixada, o Mandatário poderá, com o consentimento do Conselho da Liga das Nações, adiar ou suspender a aplicação das estipulações do presente mandato que julgar inaplicáveis às condições locais existentes, e tomar as medidas que considerar convenientes para a administração desses territórios, desde que nenhuma dessas medidas seja incompatível com as estipulações dos artigos 15, 16 e 18.

Artigo 26

O Mandatário concorda que no caso de surgir qualquer litígio entre ele e outro Membro da Liga das Nações, relativo à interpretação ou à aplicação das disposições do mandato, e não podendo tal litígio ser

resolvido por negociações, será o mesmo submetido à Corte Permanente de Justiça Internacional, prevista pelo artigo 14 do Pacto da Liga das Nações.

Artigo 27

É necessário o consentimento do Conselho da Liga das Nações para qualquer modificação dos termos deste mandato.

Artigo 28

No caso do término do mandato aqui conferido ao Mandatário, o Conselho da Liga das Nações tomará todas as providências necessárias para salvaguardar perpetuamente, sob garantia da Liga, os direitos assegurados pelos artigos 13 e 14, e usará sua influência para que o Governo da Palestina, sob garantia da Liga, assuma integralmente todas as obrigações financeiras legitimamente contraídas pela Administração da Palestina durante o período do mandato, inclusive os direitos dos funcionários públicos quanto a pensões ou gratificações.

O presente instrumento será depositado em original nos arquivos da Liga das Nações e cópias autenticadas serão expedidas pelo Secretário-Geral da Liga das Nações a todos os Membros da Liga.

Feito em Londres, ao vigésimo-quarto dia de julho de mil novecentos e vinte e dois.